

# a.obra.nasce

revista.de.arquitetura.e.urbanismo.da.universidade.fernando.pessoa

3







# ficha técnica

## Título | Serial title

**A OBRA NASCE**  
revista de Arquitetura e Urbanismo  
da Universidade Fernando Pessoa  
nº13, dezembro de 2018

## Edição | Publisher

**publicações Universidade Fernando Pessoa**  
Praça 9 de Abril, 349 | 4249-004 Porto  
Tlf. +351 225 071 300 | Fax. +351 225 508 269  
publicacoes@ufp.pt | www.ufp.pt

## Conselho Editorial | Editorial

Editor-in-Chief:

**Luis Pinto de Faria** (Professor Associado na Universidade Fernando Pessoa)

co-Editor:

**Cerveira Pinto** (Mestre Assistente na Universidade Fernando Pessoa)

co-Editor:

**Rui Leandro Maia** (Professor Associado na Universidade Fernando Pessoa)

## Comissão Científica | Scientific Advisory Board

**Antonella Violano** (Facoltà di Architettura "Luigi Vanvitelli"  
della Seconda Università degli Studi di Napoli)

**Avelino Oliveira** (Professor Auxiliar na Universidade Fernando Pessoa)

**Clovis Ultramari** (Professor na Pontifícia Universidade Católica do Paraná)

**Conceição Melo** (Mestre em Projecto e Planeamento  
do Ambiente Urbano FAUP/FEUP)

**João Castro Ferreira** (Professor Auxiliar na Universidade Fernando Pessoa)

**Luís Pinto de Faria** (Professor Associado na Universidade Fernando Pessoa)

**Miguel Branco Teixeira** (Professor Auxiliar na Universidade Fernando Pessoa)

**Paulo Castro Seixas** (Professor Associado no ISCSP - Universidade de Lisboa)

**Rui Leandro Maia** (Professor Associado na Universidade Fernando Pessoa)

**Sandra Treija** (Vice-Dean of the Faculty of Architecture  
and Urban Planning of Riga Technical University)

**Sara Sucena** (Professora Auxiliar na Universidade Fernando Pessoa)

**Teresa Cáliz** (Professora Auxiliar na Faculdade de  
Arquitetura da Universidade do Porto)

## Design

**Oficina Gráfica da Universidade Fernando Pessoa**

## ISSN

2183-427X

Reservados todos os direitos. Toda a reprodução ou transmissão, por qualquer forma, seja esta mecânica, electrónica, fotocópia, gravação ou qualquer outra, sem a prévia autorização escrita do autor e editor é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.

# Sustentabilidade e património

## Sustainability and heritage

**Luís Pinto de Faria**

Professor Associado da Faculdade de Ciência e Tecnologia  
da Universidade Fernando Pessoa

CAPP – ISCSP, Universidade de Lisboa | LEP – FCT, Universidade Fernando Pessoa  
[lpintof@ufp.edu.pt](mailto:lpintof@ufp.edu.pt)

### RESUMO

A definição de «desenvolvimento sustentável» veiculada pelo Relatório Brundtland (1987), apesar das justificações e esclarecimentos de que foi objeto durante as últimas décadas, permite ainda um leque alargado de leituras dependentes do olhar e dos interesses de quem a procura interpretar, designadamente no que respeita ao modo como ela é incorporada na definição e na implementação de reformas de ordem política, económica e social com vista a um “outro desenvolvimento”. Sendo certo que a dependência desta noção relativamente ao ambiente cultural que a informa não permite uma definição taxativa do conceito, este artigo propõe a sua revisitação no contexto das profundas transformações de ordem social, política e económica, decorridas durante as últimas décadas para, a partir daí, aprofundar o modo como ela hoje se apresenta no discurso da disciplina da arquitetura e, consequentemente, se reflete no exercício de reabilitação do território. Conclui-se que o objetivo de integrar a agenda do «desenvolvimento sustentável» no gesto de “*re-habilitare*” / “*voltar a adequar*” o território implica, não só uma reforma instrumental e metodológica do processo de «reabilitação», como uma revisão conceptual, agora mais informada na complexidade de todo o «sistema» global, formado por constituintes físicos artificiais e naturais, sociológicos, culturais e ambientais.

### Palavras-chave

Arquitetura; Urbanismo; Crescimento; Desenvolvimento sustentável; Cultura; Ecologia.

### ABSTRACT

The definition of «sustainable development», as published in the Brundtland Report (1987), despite the justifications and explanations that it has received over the last decades, has a wide range of readings and interpretations depending on the perspective and on the interests of those who seeks to interpret it and thus on the way that this definition is reflected on the execution of political, economic and social reforms aimed at “other development”.

Despite this concept's dependence on the cultural context does not allow its restrictive definition, this article proposes to revisit it in the context of the profound social, political and economic transformations that have taken place during the last decades, hence, to deepen the way in which it is articulated with the rehabilitation issues.

It is concluded that the objective of integrating the «sustainable development» concept's agenda into the process of “*re-habilitare*” / “*re-adapt*” the territory implies not only an instrumental and methodological reform of the practice of “rehabilitation”, but also a cultural reform and a conceptual review that reflects the complexity of the whole global “system”, now understood as a set of artificial, natural, sociological, cultural, and environmental physical constituents.

### Keywords

Architecture; Urbanism; Growth; Sustainable development; Culture; Ecology.

## INTRODUÇÃO

Os sucessivos incumprimentos dos objetivos da agenda económica, ambiental e social associados ao «desenvolvimento sustentável» evidenciados no contínuo agravamento dos desequilíbrios detetados no ecossistema global, estão a contribuir para uma nova tomada de consciência coletiva sobre a real complexidade dos problemas ecológicos da humanidade. Em detrimento daquele que até agora terá sido o seu primeiro objeto de atenção – o alerta energético –, o debate sobre a sustentabilidade tende agora a centrar-se mais na sua dimensão territorial, política e cultural, enquanto contexto, palco e objeto da sua agenda económica, social e ambiental.

Conforme ficou expresso nas conclusões do “Fórum Mundial Porto21” (Silva, 2013, p.7) sobre as Cidades e Desenvolvimento Sustentável, a reforma cultural é simultaneamente objeto e agente do novo paradigma de «desenvolvimento» exigindo uma mudança nos padrões de comportamento e mentalidade dos indivíduos, das sociedades e dos governantes.

No sentido de enquadrar o diálogo entre os dois conceitos que dão mote ao título deste artigo – «sustentabilidade» e «reabilitação» – procede-se agora a uma revisão do percurso conceptual de ambos, atribuindo-se especial enfoque ao modo como eles têm sido reinterpretados no contexto de toda uma transformação civilizacional em curso, bem como ao modo eles estão a ser integrados na prática da arquitetura.

## O «DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL»

Os anos 60 marcam um momento fundamental no estudo da evolução do conceito de ecologia na arquitetura e no urbanismo, na medida em que introduzem no debate, definitivamente, a tónica ambientalista.

Apesar de logo após a II Guerra Mundial serem já visíveis alguns sinais de preocupação/revisão dos sistemas comportamentais instituídos, terá sido o bestseller de Rachel Carson, “Silent Spring” de 1962, o sinal de alarme e marco inaugural para o movimento ambiental que o seguiu. Concentrado no perigo que os produtos tóxicos usados como pesticidas representavam para a natureza e para a huma-

nidade, este trabalho espoletou toda uma série de acontecimentos internacionais no campo político e legislativo, bem como activou definitivamente o debate sobre a preservação dos recursos naturais do planeta.

Nos anos seguintes, a publicação de novos títulos sobre o tema, o aparecimento de diversas organizações cívicas e governamentais de alerta, intervenção e protecção do ambiente, bem como o surgimento da primeira agência nacional de protecção ao meio ambiente, a NEPA (National Environmental Policy Act), marcam o início de uma nova etapa na sociedade do mundo ocidental (note-se, a título de exemplo, a celebração do primeiro Dia da Terra, em 1970, ou o surgimento do GreenPeace no Canadá, em 1971)

Se o anúncio e divulgação de uma crise ambiental generalizada foi, de facto, a principal motivação do movimento ambientalista que então se afirmava, o factor económico, sublinhado pela crise petrolífera do final da década de 60, terá sido preponderante para a extensão deste debate à generalidade da população mundial, tornando-se uma temática incontornável em qualquer discurso sobre a contemporaneidade, incluindo, naturalmente o da arquitetura e o do urbanismo.

Os antecedentes verificados nas propostas de homens como Frank Lloyd Wright, Buckminster Fuller, ou dos irmãos Olgay; nas contribuições de autores posteriores como as do filósofo norueguês Arne Naess e a sua noção de «ecologia profunda», as do arquitecto americano (de origem italiana) Paulo Soleri e o seu conceito de «arcology» (arquitetura coerente com a ecologia), as do físico austríaco Fritjof Capra com “O Tau da Física”, de 1975, as do físico americano James Lovelock com “Gaia – A new look at life on Earth”, de 1979, ou as do economista alemão Ernst Friedrich Schumacher que, em 1977, em “Small is Beautiful”, apelava já ao uso de “earth and user friendly technology” (Shumacher, 1989), representam alguns exemplos de alerta, bem como uma predisposição internacional para a mudança.

No entanto, o reflexo internacional mais mediático e provavelmente mais consequente sobre esta matéria ficou registado num estudo publicado por uma associação livre de cientistas, empresários e políticos de diversos países que se reuniu em Roma, nos finais da década de 60, para refletir,

debater e formular propostas sobre os problemas do sistema global: o Clube de Roma [McCORMICK, 1985].

O referido estudo, intitulado "Limites de Crescimento", também conhecido por relatório Meadows, foi publicado em 1972 por este grupo internacional e sublinhava a necessidade de associar a protecção da natureza ao desenvolvimento económico, defendendo que, se fossem mantidos os níveis de industrialização, poluição, produção de alimentos e exploração dos recursos naturais, o limite de desenvolvimento do planeta seria atingido, no máximo, em 100 anos.

A reação a este relatório foi imediata: os países desenvolvidos consideraram que a tese que veiculava representava o fim do crescimento da sociedade industrial enquanto os países menos desenvolvidos viram este alerta como um modo dos países mais ricos impedirem o crescimento dos mais pobres sob a justificação ecológica.

No mesmo ano, aquando da realização da Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano de 1972, Ignacy Sachs, a partir de uma proposta do secretário da Conferência, Maurice Strong, no sentido de conciliar a necessidade de "desenvolvimento" dos países do terceiro mundo com o necessário respeito pelos ecossistemas, propõe o termo «ecodesenvolvimento» como:

"[...] um instrumento heurístico que permite aos urbanistas e aos decisores políticos abordarem a problemática do desenvolvimento segundo uma perspectiva mais ampla, compatibilizando uma dupla abertura à Ecologia Natural e à Ecologia Cultural" [Sachs, 1996, s.p.].

Este conceito, o «ecodesenvolvimento», é adoptado na Declaração de Cocoyok das Nações Unidas, assinada num hotel com o mesmo nome no México, na qual, em sequência do Relatório Meadows, é afirmado que os índices de consumo verificados nos países mais industrializados, bem como a explosão demográfica nos países subdesenvolvidos eram os grandes responsáveis pela delapidação dos recursos naturais do planeta.

No entanto, como refere o próprio Ignacy Sachs [1996], esta reunião vai ser decisiva não tanto pelo seu conteúdo, mas

por representar o início do fim da adoção do termo «eco-desenvolvimento». Terá sido pelo conteúdo da Declaração, pelo facto desta ter sido também assinada pelo presidente do México, Luís Echeverría, ou pelo modo como o termo «eco-desenvolvimento» foi enfatizado, que o chefe da diplomacia Norte Americana, Henry Kissinger, manifesta-se junto do Presidente do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente no sentido de forçar a necessidade da sua retificação.

O Relatório Dag-Hammarskjöld do Desenvolvimento e Cooperação Internacional, apresentado na 7ª Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas de 1975, apesar de não apresentar um termo alternativo concreto, lança a ideia de «Outro Desenvolvimento» sublinhando o facto de ser necessário redefinir o conteúdo e a direcção do desenvolvimento.

Um primeiro esboço deste novo desenvolvimento ficou registado, em 1981, no manifesto "Building a Sustainable Society" de Lester Brown, do Worldwatch Institute, quando é referido que "[...] uma sociedade sustentável é aquela que satisfaz as suas necessidades sem diminuir as perspectivas das gerações futuras" [Brown, 1982].

No ano de 1987, a Comissão Mundial da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), presidida pela primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, apresenta o documento "Our common future", também chamado relatório Brundtland, no qual, ao contrário dos relatórios anteriores, mas em conformidade com muitas das ideias lançadas por Lester Brown seis anos antes, não são referidas críticas à sociedade industrial, nem tão pouco ao seu crescimento económico, mas é sublinhado um novo conceito de desenvolvimento bastante mais inclusivo, aplicável tanto aos países pobres como aos países ricos, e que, como veremos, irá transformar o debate sobre o tema: o «desenvolvimento sustentável».

Esta expressão, pela sua maior ambiguidade, pela exclusão das possíveis conotações associáveis ao prefixo «eco», pelo esvaziamento dos conteúdos políticos e emancipadores do ecodesenvolvimento, bem como pela sua semelhança ao "self sustained growth", anteriormente introduzido por Rostow e já assimilado pela comunidade dos econo-

mistas, permitia a sua interpretação sob um ponto de vista mais economicista, segundo o qual seria possível associar a sustentabilidade económica com a sustentabilidade ambiental sem alterar os padrões culturais e comportamentais já enraizados.

Apesar do Relatório Brundtland ter sido tornado público em 1987, terá sido o mediatismo merecido pela Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento de 1992, também conhecida por Cimeira do Rio ou Cimeira da Terra, que colocou o conceito de “desenvolvimento sustentável” definitivamente no panorama cultural internacional.

Se na Conferência de Estocolmo, de 1972, o ambiente surgiu reconhecido como um problema mundial – fundamentalmente no que diz respeito à poluição atmosférica e à depleção dos recursos naturais –, a Cimeira da Terra associa os problemas de ambiente com os de desenvolvimento, alinhando já algumas perspectivas de concertação internacional para este problema.

De facto, os chefes de estado reunidos, em 1992, no Rio de Janeiro comprometeram-se a procurar juntos as vias para dar resposta às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas, lançando três desafios que pareciam então fundamentais para pôr fim à crise ambiental instalada: a análise da totalidade do ciclo de vida das matérias; o desenvolvimento do uso das matérias-primas e energéticas renováveis; a redução da quantidade de matérias e energias utilizadas na extracção de recursos naturais, bem como a destruição ou a reciclagem dos resíduos resultantes.

Em 1995, na Cimeira de Copenhaga foram validados na Comunidade Europeia os três pilares do Desenvolvimento Sustentável – a «prudência ambiental» a «justiça social» e a «eficácia económica» – afirmando-se então globalmente como os principais componentes estratégicos a implementar.

A Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável de Joanesburgo, realizada em Setembro de 2002 na cidade da África do Sul que lhe deu o nome, marcou os dez anos da realização da Cimeira da Terra, resultando num novo momento de reflexão sobre as conquistas e fracassos da úl-

tima década: como sucessos foram destacadas as novas medidas para a recuperação da camada de ozono até 2050, a crescente participação pública através de ONGs, a nova responsabilidade social e ambiental do sector empresarial, a disponibilidade e acesso à informação, ou a implementação do Protocolo de Quioto, assinado cinco anos antes; como fracassos foram apontados o défice de implementação do acordo do Rio, o aumento de disparidade na distribuição de riqueza, os padrões insustentáveis na produção e consumo, a proliferação do terrorismo e dos conflitos armados, a extinção crescente de espécies e a destruição de habitats, bem como o aumento das pressões sobre os recursos hídricos.

Passados mais dez anos, na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável Rio +20, é reconhecido pela ONU que, “[...] apesar dos esforços de Governos e agentes não estatais em todos os países, o desenvolvimento sustentável continua a ser uma meta distante e ainda restam grandes barreiras e lacunas sistêmicas na implementação de compromissos aceites internacionalmente” (ONU, 2012).

Apesar de todos os esforços governamentais, bem como da emergência de uma aparente consciência coletiva sobre os objetivos do desenvolvimento sustentável – alicerçados nos pilares ambiental, económico e social – os resultados não foram os esperados.

Consciente destas limitações, o mesmo Ignaci Sachs, referido anteriormente como principal mentor do conceito de desenvolvimento sustentável vem, em 1993, sugerir a adoção mais dois pilares estratégicos – o **territorial** e o **cultural** – já que, segundo este autor (SACHS, 1993, p. 29-56), seriam componentes que não estavam a acompanhar as exigências e os níveis de complexidade que o conceito «desenvolvimento sustentável» tinha vindo a adquirir durante as últimas décadas.

Mais tarde, em “Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável” (Sachs, 2002, p. 85-89), este autor vem ainda reforçar a importância do pilar **político**, nomeadamente no que se refere à necessidade de construir novos modelos de governância.

Se, relativamente aos três pilares iniciais – «prudência ambiental», «justiça social» e «eficácia económica» –

foram ao longo das últimas décadas associadas respostas do tipo «saber fazer» – como a criação de novas práticas, produtos e medidas legislativas – as dimensões territorial, cultural e política da sustentabilidade percebem-se hoje muito mais pelo seu valor estratégico, processualmente localizadas a montante dos três pilares anteriormente enunciados e mais dependentes de uma resposta fundamentada na valorização do «cidadão» enquanto recurso e enquanto ator fundamental no exercício de uma «cidadania» ativa e na persecução de um novo «saber ser».

## TERRITÓRIO E CULTURA

Conforme foi destacado, se num primeiro momento os esforços internacionais se dirigiram para a definição e adoção de medidas para a solução de um problema que então se identificava – a crise ambiental –, os sucessivos fracassos, e conseqüente agravamento das dificuldades associadas a essa ameaça, têm conduzido a que, gradualmente, se tenha valorizado substancialmente a necessidade de uma revisão conceptual e metodológica dessas medidas conferindo-lhes uma nova dimensão *ecossistémica* mais alargada, indissociável das dinâmicas culturais, económicas, sociais e políticas que a informam. Este olhar cruzado sobre o ser humano, a cidade e os atuais modelos de *governância* é, no entanto, uma realidade relativamente recente.

De facto, apesar das Nações Unidas existirem oficialmente desde outubro de 1945, quando dois terços do mundo eram ainda rurais, a sua atenção sobre as especificidades e conseqüências do desenvolvimento urbano tardou a se manifestar. Um dos primeiros sinais surgiu vertido na “The Vancouver Declaration on Human Settlements”, assinada em junho de 1976, por ocasião do encontro organizado pelas Nações Unidas em Vancouver, no Canadá, conhecido por «HABITAT I». Apesar desta declaração reconhecer já uma relação direta entre o crescimento rápido e desordenado das cidades, a poluição e a qualidade de vida das populações, ela centra-se fundamentalmente no contexto dos países ditos subdesenvolvidos, focando a sua atenção nos problemas de habitação decorrentes de guerras ou catástrofes naturais, bem como nas questões sociais e económicas associadas à organização das respetivas cidades.

Este encontro teve como seqüência a formação do programa HABITAT, criado em 1978, que, apesar de demorar alguns anos a afirmar-se verdadeiramente no panorama internacional, irá desempenhar um papel significativo no reforço da temática territorial no discurso sobre a sustentabilidade.

A “*United Nations Conference on Human Settlements*” (HABITAT II), que decorreu em Istambul em Junho de 1996, quatro anos depois da “Conferência do Rio” (1992), dois anos após “*The International Conference on Population and Development do Cairo*” (1994) e apenas um ano depois da “*World Conference on Women de Beijing*” (1995), resulta na definição de uma nova Agenda para o desenvolvimento, visando fundamentalmente “[...] melhorar a qualidade de vida nos aglomerados humanos defendendo o nosso ambiente global”. Neste sentido, os vários chefes de estado que assinaram a “*Istambul Declaration on Human Settlements*” comprometem-se a promover hábitos de produção e consumo sustentáveis, novos e mais eficientes meios/métodos de construção e de transporte, bem como “[...] cooperar num espírito de parceria global para conservar, proteger e recuperar a saúde e integridade do ecossistema da Terra.”

De carácter mais interveniente que indicativo, a “*United Nations Millennium Declaration*”, assinada em setembro de 2000, formatou os alicerces teóricos dos chamados “*Millennium Development Goals*”, que definem não só vários indicadores de avaliação, como também oito objetivos concretos a alcançar até 2015. Destaca-se aqui os dois últimos: garantir a sustentabilidade ambiental e fomentar uma parceria estratégica global de desenvolvimento.

O encontro a que chamaram “Istambul+5”, ocorrido em Nova Iorque em Junho de 2001, apesar de resultar em pouco mais do que uma reafirmação das recomendações documentadas cinco anos antes, encerra já uma visão retrospectiva sobre os resultados ou fracassos alcançados, sublinhando, entre outros aspetos, a necessidade de considerar os seres humanos no centro da preocupação sobre o desenvolvimento sustentável e o facto do processo de urbanização levado a cabo nas últimas décadas ter resultado em concentrações urbanas que ultrapassam largamente as fronteiras administrativas das cidades originais, extravasando os limites do poder local e conduzindo a uma grave

ausência de uma coordenação global. O reforço dos temas «território» e «cultura» na agenda do desenvolvimento sustentável começa então a tornar-se mais presente.

Em maio de 2004, em Barcelona, foi aprovada a “Agenda 21 da Cultura” onde ficou registada não só a relação indissociável entre o desenvolvimento sustentável e o território e a cultura, como também o compromisso de implementar os instrumentos que garantam a participação democrática dos cidadãos:

*“As cidades e os espaços locais são ambientes privilegiados da elaboração cultural em constante evolução e constituem os âmbitos da diversidade criativa, onde a perspectiva do encontro de tudo aquilo que é diferente e distinto (procedências, visões, idades, gêneros, etnias e classes sociais) torna possível o desenvolvimento humano integral. O diálogo entre identidade e diversidade, indivíduo e coletividade, revela-se como a ferramenta necessária para garantir tanto uma cidadania cultural planetária, como a sobrevivência da diversidade linguística e o desenvolvimento das culturas.*

[...]

*O património cultural, tangível e intangível, é o testemunho da criatividade humana e o substrato da identidade dos povos. A vida cultural contém, simultaneamente, a riqueza de poder apreciar e acumular tradições dos povos com a oportunidade de permitir a criação e a inovação das suas próprias formas. Esta característica descarta qualquer modalidade de imposição de padrões culturais rígidos.*

[...]

*A afirmação das culturas, assim como o conjunto das políticas que foram postas em prática para o seu reconhecimento e viabilidade, constitui um fator essencial no desenvolvimento sustentável das cidades e territórios no plano humano, económico, político e social. O carácter central das políticas públicas de cultura é uma exigência das sociedades no mundo contemporâneo. A qualidade do desenvolvimento local requer a imbricamento entre as políticas culturais e as outras políticas públicas –sociais, económicas, educativas, ambientais e urbanísticas.” [Agenda 21 da Cultura, 2004]*

É nesta sequência que a “HABITAT III”, realizada em 2016, teve como objectivo principal identificar os desafios emergentes no sentido de mobilizar a população e garantir um novo compromisso político para que as cidades desempenhem o seu papel enquanto “motores” do desenvolvimento sustentável, enfatizando assim a necessidade de se questionar o modo como as novas políticas públicas devem tender a retomar como essencial na sua fundamentação e objecto aquele que aqui se considera o principal recurso de uma cidade: as suas gentes.

*“Ao longo da história moderna, a urbanização tem sido um dos principais motores de desenvolvimento e redução da pobreza. Os governos podem responder a esta oportunidade de desenvolvimento através da promoção de um novo modelo de desenvolvimento urbano que seja capaz de integrar todas as facetas do desenvolvimento sustentável para promover a equidade, o bem-estar e a prosperidade partilhada.” [UN-HABITAT III, 2016]*

Note-se que, em 1976, quando foi realizada a Habitat I, em Vancouver [Canadá], a percentagem da população mundial que vivia em cidades era de 37,9% enquanto em 1996, no ano da Habitat II decorrida em Istambul [Turquia] era 45,1%. Em 2016, na altura da realização “HABITAT III” em Quito [Ecuador] esta percentagem cifrava-se já 54,5%, sendo que apesar deste grupo populacional ocupar apenas dois por cento do território terrestre mundial e concentrar 70 por cento do PIB global, era também responsável pelo consumo de mais de 60 por cento de energia, pela emissão de 70 por cento dos gases de efeito estufa e por 70 por cento da produção de resíduos.

Mais tarde, na “Kuala Lumpur Declaration on Cities 2030” (2018), é reforçada a certeza de que, no sentido de se almejar um desenvolvimento urbano sustentável, é necessário adotar diferentes mecanismos de governança colaborativa que envolvam ativamente os governos nacionais, regionais e locais, todos os grupos da sociedade, inclusive “[...] os jovens, as mulheres e as associações locais e particularmente os grupos excluídos, vulneráveis e desfavorecidos. [...]”, sendo que, no contexto das recentes transformações ambientais, geopolíticas, económicas, sociais e tecnológicas, a atual percepção do ser humano enquanto principal “recurso” do novo planeta urbano, quer a nível individual quer coleti-

vo, implica uma revisão continuada dos modelos e metodologias do passado. É necessária uma nova visão acompanhada da utilização de novas ferramentas mais adequadas à reforma cultural em curso.

Conclui-se que a perspetiva determinista associada às primeiras definições de «desenvolvimento sustentável», focada na procura de uma solução para a problemática ambiental que então se começava a perceber, tem vindo ao longo das últimas décadas, após múltiplos fracassos e sucessos, a integrar novos níveis de complexidade e interdependências, percebendo-se hoje que a sustentabilidade ambiental, social, económica, territorial, cultural e política são constituintes de uma mesma realidade ecossistémica global.

### SUSTENTABILIDADE E PATRIMÓNIO

Tal como alertou Sachs, é agora claro que, para alcançar a sustentabilidade, é necessário valorizar as pessoas, os seus costumes e os seus saberes. O «ambiente» já não pode ser percebido como algo que surge em oposição à «civilização», mas sim, pelo contrário, enquanto conjunto de elementos naturais, artificiais e culturais cuja interação pode resultar num contexto mais ou menos auspicioso ao desenvolvimento equilibrado do ser humano. Isto é, como refere Silva (1995:2), o conceito «ambiente» abrange toda a natureza original e artificial, bem como os bens culturais correlatos. Ele é objeto, mas é também condicionador da ação humana.

Sendo os cidadãos, na sua singularidade e enquanto parte integrante do ecossistema global, quem, independentemente do seu sexo, raça ou habilidade, constitui hoje o principal recurso de uma cidade, garante da sua sustentabilidade e suporte para a sua competitividade. Ou, da perspetiva inversa, sendo a polis, enquanto espaço democrático significativo e palco de oportunidades e encontros, o principal agente facilitador da qualidade de vida e da realização pessoal da sua população, será necessário procurar novas metodologias e ferramentas para a qualificação e gestão do espaço público mais coadunáveis com a responsabilidade social que lhe são próprias.

Desta perspetiva, se no passado a ausência de comunicação entre os “agentes ambientalistas” (que resistiam a incorporar a dimensão cultural na sua análise ou nos seus planos de ação) e os “agentes culturais” (que expressavam a autonomia da cultura relativamente ao “ambiente” ou à “economia”), contribuiu para uma divisão artificial entre o que é o “Património Ambiental”, o “Património Cultural” e o “Património Edificado”, hoje esta polarização tende a diluir-se, tornando-se cada vez mais difícil individualizar o processo de reabilitação/readequação do espaço urbano das dinâmicas de revitalização social, a ambiental e a económica que lhe são inevitavelmente associadas. (Mendes, 2013: 35)

Os princípios da «sustentabilidade», tal como hoje são considerados, justapõem-se assim aos objetivos da «reabilitação»: preservar e/ou voltar a adequar o “património” tangível e intangível da humanidade por modo a não só incluir o sentido de solidariedade intrageracional e intergeracional implícito em ambos os conceitos, como também a necessidade de integrar os pilares ambiental, social, económico, territorial, político e cultural, num único gesto.

No contexto de uma reforma cultural, *globalmente* informada, mas não condicionada, *globalmente* interveniente, mas consciente; e *localmente* alicerçada, mas não espartilhada, integrar as várias dimensões da sustentabilidade no processo de reabilitação de edifícios e de lugares não é uma característica de tipo excepcional que, pela adição de prefixos ou sufixos, vai distinguir uma qualquer prática arquitetónica.

Assegurar a integração dos princípios da «sustentabilidade» na «reabilitação», ou em qualquer outra prática ou processo, é assim mais do que qualquer medida avulsa pode ambicionar. O sucesso depende de uma revisão prévia do atual “modelo de desenvolvimento”, de cariz hegemónico e atópico (Rodrigues, 2007), que terá de ser inteiramente repensado e complexificado (Morin, 1996). Como conclui Edgar Morin (1996: 178–179):

“A partir de agora, [...] podemos ver melhor o que havia de secundário e de essencial na tomada de consciência ecológica. O que era secundário, e que alguns tomaram pelo principal, era o alerta energético.”

## BIBLIOGRAFIA

**Ascher, F.** (2001). *Les Nouveaux Principes de l'Urbanisme : La fin des villes n'est pas à l'ordre du jour*. Gémenos, Éditions de l'Aube.

**Brown, L.** (1982). *Building a Sustainable Society*. New York, W.W. Norton & Company Ltd.

**Carson, R.** (2002). *Silent Spring*. New York, Mariner Books.

**Florida, R.,** (2004). *The rise of the creative class: and how it's transforming work, leisure, community and everyday life*. New York, Basic Books.

**Frampton, K.** (1992). *Modern Architecture: a critical history*. London, Thames and Hudson Ltd.

**Friedman, T. L.** (2006). *O Mundo é Plano: Uma História breve do século XXI*. Lisbon, Actual Editora.

**Global Footprint Network** (2013). *The National Footprint Accounts, 2012 edition*. Global Footprint Network, Oakland, CA, USA

**Ibelings, H.** (1998). *Supermodernismo : Arquitectura en la era de la globalización*. Barcelona; Editorial Gustavo Gili, S.A.

**Landry, C.** (2000). *The Creative City: A toolkit for Urban Innovators*. UK, Earthscan.

**Leach, N.** (2001). *La an-estética de la arquitectura*. Barcelona, Editorial Gustavo Gili, SA.

**Ledo, A. P.** (2004). *Nuevas realidades territoriales para el siglo XXI : Desarrollo local, identidad territorial y ciudad difusa*. Madrid; Editorial Síntesis.

**Leitmann, J.** (1999). *Sustaining Cities: Environmental Planning and Management in Urban Design*. New York; McGraw-Hill.

**Lima, G. C.** (2003). The sustainability discourse and its implications for education. *In: Ambient & Soc.* July/Dec., vol.6, nº 2, pp. 99–119.

**Mendes, L.** (2013). A regeneração urbana na política de cidades: inflexão entre o fordismo e o pós-fordismo. *In: urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management)*, vol 5, nº 1, jan./jun., pp. 33–45.

**Morin, E.** (1996). *Os problemas do fim de século*. Lisboa; Editorial Notícias.

**ONU** (2012). *Declaração "O Futuro que Queremos*. Rio de Janeiro. Rio +20.

**Pepper, D.** (2008). *Ambientalismo Moderno*. Lisboa, Instituto Piaget.

**Rodrigues, J.** (2007). *Pedagogia para uma Sustentabilidade*. ISMAT: Cadernos de Arquitectura.

**Sachs, I.** (1996). Cit In Ministerio de Obras Públicas, Transportes y Medio Ambiente – Primer catálogo español de buenas prácticas. Madrid.

**Sachs, I.** (2004). *Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Editora Garamond Lda.

**Santos, B. S.** (1989). *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*. Porto, Afrontamento.

**Santos, P.M; Seixas, P.** (2013). *Globalization and Metropolization: Perspectives in Europe's West Coast*. University of Berkeley, Califórnia.

**Sassen, S.** (2006). *Territory, authority, rights – from medieval to global assemblages*. New Jersey, Princeton University Press.

**Schumacher, E. F.** (1989). *Small is Beautiful : Economics as if People Mattered*. New York, Harper Perennial.

**Seixas, P. C.** (2004). O Planeta Urbano: Manual de instruções e alguns esquemas de montagem. In: *Antropológicas*. Nº 8. Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa.

**Sen, A.** (1999). *Development as Freedom*. Oxford, Oxford University Press.

**Silva, J. L.M.** (Coord.) (2013). Relatório Final. FÓRUM MUNDIAL PORTO21: Cidades e Desenvolvimento Sustentável.

**Un-Habitat** (2004). *The state of the world's cities 2004/2005: Globalization and urban culture*. London, Earthscan.

**Un-Habitat** (2010). Homepage. [Em linha]. Disponível em <http://unhabitat.org/habitat-iii/> [Consultado em 11/08/2014]

**Worldwatch Institute** (2007). *State of the World 2007: Our urban future*. Washington, W.W.Norton.

